



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da força de trabalho**

## **OS IMPACTOS DA MODERNIDADE NA CLASSE TRABALHADORA E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO IMPOSTAS PELO CAPITAL: UMA BREVE ANÁLISE DE CONTEÚDO**

**TAINÁ ROCHA DOS SANTOS<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O objetivo deste estudo foi analisar as implicações da modernidade e os impactos resultantes para as classes trabalhadoras. Para isso, foi necessário realizar uma investigação teórica e bibliográfica a fim de compreender as questões relacionadas a esses impactos e como as classes trabalhadoras continuam expostas a precarização do trabalho, terceirização, desemprego, subemprego e informalidade.

**Palavras-chave:** Desemprego. Modernidade. Mundo do trabalho.

### **RESUMEN**

El objetivo de este estudio fue analizar las implicaciones de la modernidad y los impactos resultantes para las clases trabajadoras. Para ello, fue necesario realizar una investigación teórica y bibliográfica con el fin de comprender las cuestiones relacionadas con estos impactos y cómo las clases trabajadoras siguen expuestas a la precarización del trabajo, la subcontratación, el desempleo, el subempleo y la informalidad.

**Palabras clave:** Desempleo. Modernidad. Mundo del trabajo.

### **INTRODUÇÃO**

Estamos imersos em uma era de globalização neoliberal acelerada, e é crucial que compreendamos e avaliemos criticamente as mudanças que estão ocorrendo nesse contexto, bem como suas consequências para os trabalhadores e a sociedade como um todo. O

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas

crescimento do trabalho informal e a precarização social do trabalho trazem consigo novas configurações do mundo laboral, novas dinâmicas sociais e novos contextos de exploração da mão de obra que não se encaixam nos moldes exigidos pelo capital no ambiente do trabalho formal.

Assim sendo, é importante abordar o surgimento da "nova classe média" ou da nova classe trabalhadora, que emergiu em meio à estabilidade econômica do país e tem causado grandes transformações na estrutura social brasileira. Com frequência, nos deparamos com discursos políticos na mídia e nas propagandas governamentais que destacam questões de inclusão social, sugerindo que vivemos agora em um país de classe média, com maior distribuição de renda e poder de consumo. Isso reflete a ascensão das classes proletárias, em grande parte devido à redução das taxas de desemprego e ao acesso facilitado ao crédito.

Segundo informações governamentais (Brasil, 2021), na década passada, pela primeira vez no Brasil, a *classe C* representou mais da metade da população. Cerca de 95 milhões de pessoas pertenciam a essa camada social, com renda mensal familiar entre R\$ 1 mil e R\$ 4 mil. Isso indicou que o perfil socioeconômico do país mudou. A chamada nova classe média, composta principalmente por jovens com emprego formal, alto potencial de consumo e características heterogêneas, teve um aumento superior a 40% em sua renda familiar, o que permitiu maior poder de compra, acesso à tecnologia e ingresso em faculdades, por exemplo.

De acordo com dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) (Brasil, 2021), vinculada ao governo brasileiro, entre 2001 e 2011 aproximadamente 35 milhões de brasileiros saíram da pobreza e se juntaram à nova classe média, abrangendo na época da pesquisa 53% da população, resultado das políticas de proteção social, da retomada do crescimento econômico inclusivo, da expansão do emprego e do acesso ao crédito, assim como do aumento no grau de escolarização da sociedade. Os dados da SAE, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostraram que esse novo cenário exige a implementação de ações governamentais específicas voltadas para esse segmento.

Desse modo, este artigo visa discutir as relações entre trabalho formal e informal no contexto da modernidade laboral e seus impactos na classe trabalhadora. Além disso, pretende-se analisar a classe trabalhadora que emerge através do endividamento, resultado de linhas de crédito mais acessíveis, e como isso influencia o consumo. Os procedimentos metodológicos adotados incluíram pesquisa bibliográfica, análise documental qualitativa e análise de conteúdo.

Com isso, o objetivo não é esgotar o tema, mas apresentar as diferentes perspectivas e pontos de vista de diversos autores.

## A MODERNIDADE E O ADVENTO DE UMA “NOVA CLASSE” NO CENÁRIO SOCIAL

As novas dinâmicas de articulação do capital estão dando origem a formas de trabalho que transcendem os limites convencionais do *ser*, centrando-se nos imperativos do *ter*. Nesse contexto, muitos trabalhadores, confrontados com o subemprego, com a marginalização, com a precarização e com a exploração generalizada, buscam ingressar no mercado de consumo globalizado e internacionalizado.

A informalidade surge como uma porta de entrada para essa transformação, permitindo que a conformação de empreendedores informais preencha as lacunas deixadas pelo mercado formal ou se adaptem a vagas que demandam habilidades específicas. Muitos desses *novos* empreendedores buscam estabelecer seus próprios negócios como uma forma de alcançar estabilidade financeira e aumentar seu poder de consumo. Ao iniciar uma atividade empresarial, esses empreendedores informais reúnem recursos e assumem os riscos e as recompensas, adotando uma abordagem produtiva para organizar seu empreendimento. Além de criar seus próprios negócios, eles também enfrentam o desafio de gerenciá-los eficientemente (Santos, 2020).

Segundo Chiavenato (2007), vem se repercutindo a ideia de um espírito empreendedor, que ao invés de adotar uma visão conservadora e tradicional, estimula a criatividade e a inovação, buscando transformar as organizações e adaptá-las às mudanças do mercado. Essa abordagem empreendedora, caracterizada pela busca constante por melhorias e adaptações, vem sendo expressa por seus defensores como fator essencial ao enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo.

De fato, é crucial ampliar o debate sobre esses novos empreendedores informais quando os relacionamos à emergente nova classe social. De acordo com Pochmann (2014), a partir dos anos 2000, no Brasil, o crescimento econômico combinado com uma distribuição de renda mais ampla e equitativa permitiu uma mobilidade social significativa para a classe proletária,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

especialmente para os estratos mais baixos da pirâmide social. Esse fenômeno foi impulsionado pela expansão do emprego, salários acima do mínimo e acesso aos programas sociais, o que levou quase um quarto da população brasileira a integrar o mercado de consumo em massa. Uma parcela considerável, representando os estratos mais pobres da sociedade, foi "privilegiada" por esse movimento ascendente.

No entanto, é importante reconhecer que essa discussão é complexa e contraditória. Enquanto o governo e seus aliados celebram a suposta ressurreição da classe média trabalhadora no Brasil, impulsionada pelo aumento do emprego, salários ligeiramente mais altos e acesso ao crédito para estimular o consumo, há vozes críticas que argumentam que essa mobilidade social é, na verdade, uma ilusão.

Alguns críticos (sobre os quais abordaremos ao decorrer desta análise) apontaram as condições precárias de trabalho, a falta de segurança no emprego, a informalidade e a dependência do crédito como evidências de que a suposta ascensão social pode não ser tão substancial quanto se pensa. Além disso, há preocupações com a sustentabilidade desse modelo de crescimento, especialmente diante de desafios econômicos e sociais persistentes. Assim, é necessário um olhar mais abrangente e crítico sobre o fenômeno da ascensão social no Brasil, levando em consideração não apenas os indicadores econômicos superficiais, mas também as condições reais de vida e trabalho das pessoas envolvidas.

Essa é uma questão crucial e complexa que envolve diferentes perspectivas. Por um lado, há argumentos que sustentam a existência de uma nova classe média, que teria acesso a direitos sociais adquiridos, desfrutando de um padrão de vida relativamente melhorado, resultado das políticas governamentais de redistribuição de renda e inclusão social. Por outro lado, há quem conteste essa visão, argumentando que o que realmente existe é uma *nova classe trabalhadora*, caracterizada pela exploração, precarização e informalidade. Esses trabalhadores muitas vezes são submetidos a condições de trabalho desfavoráveis, com salários baixos, instabilidade no emprego e falta de proteção social adequada. A criação de empregos precários e a disponibilização de crédito fácil podem, na verdade, levar à marginalização e ao endividamento desses trabalhadores, em vez de promover uma verdadeira ascensão social.

Essa perspectiva sugere que a emergência dessa nova classe social está intrinsecamente ligada à dinâmica do consumo dentro do modelo capitalista. Sob essa visão, a promoção do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

consumo em larga escala é fundamental para alimentar o crescimento econômico dentro de um sistema predatório, onde o lucro é o principal motor. Nesse sentido, a necessidade de aumentar o consumo é impulsionada pela busca incessante pelo lucro das empresas e pela manutenção do crescimento econômico. Isso pode levar à criação de uma nova classe social, cujo papel é principalmente o de consumidor, em vez de produtor ou detentor de direitos sociais consistentes.

Portanto, é fundamental analisar criticamente as políticas e as práticas que moldam a realidade desses trabalhadores, considerando não apenas os indicadores econômicos, mas também as condições de vida e trabalho reais que enfrentam. Uma abordagem mais holística e centrada nas necessidades e direitos desses trabalhadores é essencial para compreender melhor a dinâmica social em jogo, que possa avaliar se a ascensão dessa nova classe social é necessariamente resultado de políticas governamentais voltadas para a inclusão social e distribuição de renda, ou se faz parte de um rol de estratégias de mercado que visa expandir os mercados consumidores e aumentar os lucros das empresas.

Para Rodrigues (2014), uma análise que enfatiza a relação entre o consumo, o sistema capitalista e a formação dessa nova classe social, destacando como o modelo econômico predatório pode influenciar as dinâmicas sociais e econômicas de uma sociedade, pode demonstrar que

Essa nova classe média está sendo basificada sobre a possibilidade de aumento do consumo. Assim, importante se verificar que: se por um lado ocorre o acesso desses cidadãos a produtos e serviços nunca antes conseguidos, por outro, reforça-se o poder capitalista predatório do mercado, devido a não inserção do indivíduo oriundo das classes “D” e “E” como cidadão da classe média, mas apenas como consumidor. Como consumidores, os novos medianos da sociedade brasileira tornam-se, também, os novos escravos do mercado pós-moderno, pois o problema que se nota em todas as estatísticas é o aumento do poder de consumo, ou seja, têm-se mais *consumidores* não existindo referência ao ser *cidadão* (Rodrigues, 2014, p. 100, grifos nossos).

É crucial aprofundar esta discussão, uma vez que somente por meio da implementação de uma economia de mercado que promova oportunidades para novas formas de trabalho, poderemos integrar os trabalhadores que atualmente estão inseridos nos setores informais da economia, onde frequentemente enfrentam condições precárias de trabalho. Uma (re)organização



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

coordenada pelas forças políticas, econômicas e sociais é necessária para romper com o atual modelo desigual de distribuição de renda e riqueza.

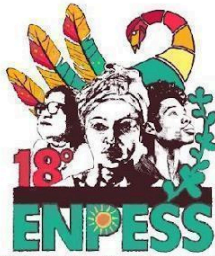
Unger (2001) contribui para o debate ao abordar as diferenças e desigualdades no Brasil como questões culturais, vinculadas a privilégios ilícitos. Para ele, é fundamental substituir o nepotismo pela meritocracia, pois isso possibilitaria o avanço da classe média trabalhadora. As carreiras deveriam ser construídas com base em talento, desempenho e mérito, em vez de favorecimentos e trocas de favores. É essencial garantir um estado de bem-estar social, que ofereça educação, transporte, saúde e habitação de qualidade para o proletariado. Para o autor, apenas quando a classe média estiver integrada à rede pública é que esta irá funcionar de forma eficiente.

Souza (2009) também contribuiu para este debate, concordando com a importância da meritocracia em detrimento do nepotismo, afirmando que

A legitimação do mundo moderno como mundo “justo” está fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos. Afinal, se alguém é 50 vezes mais produtivo e esforçado que outro, nada mais natural e “justo” que também tenha um salário 50 vezes maior e 50 vezes mais prestígio e reconhecimento. Todas as instituições modernas tomam parte nesse teatro da legitimação da dominação especificamente moderna. O mercado “diz”, ainda que não tenha boca: eu sou “justo”, porque dou a remuneração “justa”, verdadeiramente equivalente ao desempenho. O Estado também “diz” o mesmo: eu faço concursos públicos abertos para todos, e o melhor deve vencer. Nada mais “justo” do que isso (Souza, 2009, p. 22).

O autor também abordou a questão do jogo de interesses como uma personificação do capital contemporâneo. Ele argumenta que não há uma “elite” maligna reunindo secretamente para manter a maioria da população em ignorância e obediente a convenções superficiais. Em vez disso, existem “interesses” que tendem a se perpetuar, permitindo que alguns privilegiados tenham acesso contínuo a recursos escassos, a menos que ocorram processos de aprendizado e conscientização que possam limitar os danos causados a indivíduos e comunidades inteiras.

São numerosas as abordagens que podem e devem ser delineadas para uma compreensão clara das questões sociais, econômicas e políticas que envolvem não apenas as lutas históricas de classes, mas também as disparidades e desigualdades dentro desse contexto.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Antunes (2015) avançou nesse aspecto ao destacar que, a cada dia, homens e mulheres encontram cada vez menos oportunidades de trabalho, "[...] espalhando-se pelo mundo em busca de qualquer ocupação" (p. 124). No entanto, essa tendência gera uma ampla onda de precarização do trabalho, sendo que a expansão do desemprego estrutural é sua manifestação mais severa. Qualquer forma de trabalho precário, onde as condições básicas não são regulamentadas pelo governo, sem contrato formal e/ou registro na carteira de trabalho, e onde os direitos historicamente garantidos aos trabalhadores não são respeitados, acaba por se tornar trabalho informal ou subemprego.

Como destacou Singer (2001), o trabalho informal, o subemprego, o desemprego disfarçado ou mesmo estratégias de sobrevivência são realidades que assolam uma parcela significativa da população brasileira. Para complicar ainda mais, esse excedente de mão de obra está concentrado em poucos e específicos segmentos de atividade, como pequenos comércios ou serviços de baixa qualificação, que muitas vezes demandam experiência e habilidades, mas não necessariamente educação formal elevada. Segundo o autor, o trabalho informal é apenas uma solução paliativa para manter a força de trabalho ocupada ou "ativa", buscando torná-la menos precária em comparação com o trabalho formal. Para alcançar esse objetivo, seria necessário organizar o trabalho informal, não necessariamente por meio de sindicatos, mas sim através de cooperativas.

Essa abordagem de organização poderia de fato transformar o trabalho informal e precário em trabalho formal, aumentando a produtividade e permitindo uma competição mais equitativa com empresas de maior porte. Para financiar tais iniciativas, seria necessário buscar linhas de crédito para apoiar programas de geração de trabalho e renda. Conforme Singer (2001) observou, "Se for possível organizar em cooperativas uma grande parte do trabalho informal, ele deixará de fazer parte da população relativamente excedente e seus integrantes deixarão de estar condenados a trabalhar jornadas máximas para ganhar um mínimo" (p. 12).

No entanto, em alguns contextos políticos foi perceptível no Brasil certa apatia política em relação à classe trabalhadora, emergente ou não. A mobilidade social, uma distribuição mais justa das rendas e das riquezas através de um Estado de bem-estar social, onde serviços como educação, saúde, transporte e habitação sejam oferecidos de maneira justa e clara, em determinados momentos (se não em todos), parece ser vista como uma utopia. Não porque seja



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

impossível de ser alcançada, mas devido à questão cultural estabelecida entre exploradores e explorados, quase como se fosse uma distopia.

Unger (2001) salientou que algumas soluções para determinados problemas sociais podem ser alcançadas por meio de ações ou *forças transformadoras*. Ele argumenta que seria necessário, primeiramente, fortalecer a moeda, mobilizando recursos públicos e privados para refinar o Estado. Além disso, o autor destacou a importância de proporcionar às crianças uma educação libertadora, focada no desenvolvimento de habilidades práticas e conceituais.

O autor também enfatizou a necessidade de eliminar o sistema de mídia, que, segundo ele, se tornou uma máquina de disseminação de mentiras. Ele sugeriu a criação de instituições econômicas que descentralizassem o acesso às oportunidades e aos recursos produtivos. Por fim, ainda destacou a importância de cultivar uma consciência libertária na população para resolver os impasses gerados pelas mudanças – tais mudanças propostas estariam alinhadas aos processos de modernização brasileira.

Souza (2009), em sua obra *Ralé Brasileira: quem é e como vive*, abordou extensivamente as questões relacionadas à modernização do Brasil, destacando que esses processos não apenas constituem novas classes sociais modernas, mas também uma classe inteira de indivíduos que ele descreveu como desprovidos de capital cultural e econômico. Essa "ralé brasileira", como ele a chama, representaria uma parcela da população que ficou à margem do desenvolvimento econômico e social, enfrentando dificuldades significativas para se integrar plenamente à sociedade moderna.

Segundo o autor supracitado,

É essa classe social que designamos de "ralé" estrutural, não para "ofender" essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, "consentido por toda a sociedade", de toda uma classe de indivíduos "precarizados" que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de "indivíduos" carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como "violência", "segurança pública", "problema da escola pública", "carência da saúde pública", "combate à fome" etc. (Souza, 2009, p. 21).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Assim, presume-se que essas mudanças, imersas em rápidas e constantes transformações na vida dos indivíduos, estão relacionadas às questões da modernidade. Giddens (1991), em sua obra *As Consequências da Modernidade*, definiu a modernidade como um estilo, um costume de vida ou até mesmo uma organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos globais em sua influência.

Por sua vez, Bauman (2001) afirmou que "[...] a modernidade começa quando o tempo e o espaço são separados na prática da vida e entre si" (p. 16). Ele argumentou que a modernidade surgiu em meio aos processos de aceleração e às conquistas de territórios, marcando a emergência de uma nova ordem temporal e espacial sob a influência do capitalismo.

Essas definições destacam a natureza abrangente e global da modernidade, que molda não apenas as estruturas sociais e econômicas, mas também os modos de vida e as percepções individuais do tempo e do espaço. Nesse contexto, as rápidas mudanças e as constantes transformações na vida das pessoas são características essenciais da modernidade, refletindo os desafios e as oportunidades que ela traz consigo.

De acordo com o autor supracitado, essa associação do início da era moderna com a emancipação do tempo em relação ao espaço é crucial para entendermos as mudanças significativas que ocorreram na sociedade. A subordinação do tempo à inventividade e à capacidade técnica humanas, e conseqüentemente a utilização do tempo em prol da conquista do espaço e da apropriação de terras, marca um momento fundamental na história da humanidade.

O autor argumentou ainda que esse período, marcado pela aceleração e pela expansão territorial, é essencial para compreendermos a modernidade em sua totalidade. Ele descreve essa época como uma *constelação de estrelas* que contém todas as informações sobre o caráter, o comportamento e o destino da modernidade – para entender essa constelação, bastaria um sociólogo especializado, não sendo necessário recorrer a um astrólogo. Essa visão enfatiza a importância da análise sociológica para compreender os fundamentos e as implicações da modernidade, destacando a centralidade da relação entre tempo, espaço e poder na conformação das sociedades modernas (Bauman, 2001).

Desse modo, a modernidade frequentemente se entrelaça com a insegurança e a incerteza decorrentes dos desafios associados aos processos de mudança. Tais mudanças, invariavelmente, criam obstáculos, restrições e até mesmo ameaças para determinados



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

indivíduos, uma vez que o risco está intrinsecamente ligado à insegurança, enquanto a segurança é associada ao prazer e ao conforto. Esses desafios e perigos também se entrelaçam com as complexidades da globalização e a fragilidade dos Estados diante do capitalismo.

Temporim ([2024]) contribuiu para esta discussão ao oferecer uma definição de modernidade que abrange um conjunto de fenômenos sociais capazes de desencadear uma série de eventos que alteraram as sociedades ocidentais, que trariam consigo uma ampla gama de mudanças e transformações intelectuais em um período de intensas transformações políticas e econômicas. Por outro lado, Giddens (1991) também abordou a questão do risco associado a um processo de mudança contínua, que inevitavelmente implicaria em uma transição entre o novo e o antigo, uma vez que estamos à beira de uma nova era, para a qual as ciências sociais deveriam se preparar, uma era que nos levaria além da própria modernidade.

Uma ampla gama de termos foi proposta para descrever essa transição. Alguns desses termos expressavam uma conotação positiva, sugerindo a emergência de um novo tipo de sistema social, como a "sociedade da informação" ou a "sociedade de consumo". No entanto, a maioria dos termos sugeriram que não estávamos apenas avançando para um novo estado de coisas, mas sim nos aproximando do fim de uma era anterior, como na ideia de "pós-modernidade", "pós-modernismo" ou "sociedade pós-industrial". Os debates em torno dessas questões muitas vezes se concentraram nas transformações institucionais, especialmente aquelas que indicavam uma transição de um sistema baseado na fabricação de bens materiais para um sistema mais centrado na informação.

Temporim ([2024]) também abordou esse aspecto da modernidade ao destacar a rejeição das tradições passadas em prol de uma busca incessante por informação e transformação. A característica distintiva da modernidade seria a recusa à tradição e ao passado, buscando constantemente a mudança. Isso se manifestaria claramente nos campos da tecnologia e da moda. A indústria tecnológica e da moda se beneficiou de uma faceta peculiar da modernidade, a ideia de individualidade, que remonta ao surgimento da classe burguesa na Europa. Pode parecer paradoxal, mas em um mundo tradicional, o indivíduo não possui importância, enquanto no mundo capitalista, ele é a base da sociedade.

Além da tecnologia e da estética, as instituições sociais no mundo moderno também estão em constante transformação. No entanto, o antigo não desaparece para dar lugar ao novo. Na

modernidade, é característica a coexistência entre ambos, uma convivência que, embora conflituosa, existe exatamente por causa do estímulo à diversidade de pensamento.

Esse embate entre tradições passadas e novidade traz à tona a discussão sobre a transformação anunciada por Temporim ([2024]). Dentro da modernidade, o próprio sistema capitalista expõe constantemente os indivíduos ao risco: o risco de perder o emprego, o risco de investir, o risco de reduzir o consumo, entre outros. Essas adversidades impostas pela modernidade afetam os trabalhadores, que, como vendedores de sua força de trabalho, acabam por se submeter a formas precárias de emprego, como terceirização e subemprego, enquanto formas precárias de trabalho, desprovidas de regulamentação governamental, vínculo empregatício e/ou registro formal na carteira de trabalho. Nesses casos, os direitos históricos adquiridos pelos trabalhadores muitas vezes não são respeitados, criando uma situação de vulnerabilidade e exploração.

Forester (1997) abordou a relação entre modernidade e trabalho, ou a sua ausência. Para a autora, não é apenas o desemprego em si que se coloca enquanto *fator desagradável*, mas sim o conjunto de males e sofrimentos que ele acarreta. O desemprego e as formas precárias de trabalho não afetam apenas determinados setores ou segmentos da sociedade, mas se disseminam como "tempestades, ciclones e tornados", afetando e diminuindo todas as formas de empregos.

Souza (2009) participou desse debate sobre modernidade e trabalho, argumentando que vivemos em uma espécie de "modernidade capenga". Ele observa que as divisões entre as classes dominantes e dominadas, especialmente em termos de inclusão social e de como avaliamos nossa sociedade, precisam ser tratadas de maneira genuína, não apenas como um jogo de aparências. Em vez da tradicional oposição entre trabalhadores e burgueses, o conflito central em uma sociedade periféricamente moderna, tal qual a brasileira, estaria na divisão entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social, e outra que, mesmo de forma diferenciada, estaria incluída.

Forester (1997) advertiu sobre o aumento das formas precárias de trabalho, consideradas modernas, que contribuem para o aumento dos índices de desemprego. Para ela, isso não seria apenas passageiro e transitório, mas sim algo estrategicamente planejado. Segundo a autora, o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desemprego não seria apenas uma marginalização temporária que afeta apenas alguns setores, mas o resultado de uma lógica global que pressupõe a supressão dos empregos.

Rodrigues (2014) acrescentou que as classes trabalhadoras têm necessidades próprias de consumo, uma vez que o consumismo faz parte da realidade moderna. Ele argumenta que o consumo está ligado ao ter, ao poder e à posse, e que os trabalhadores que não podem consumir acabam sendo excluídos de uma importante expressão contemporânea e moderna do capitalismo. O autor sugere que as classes trabalhadoras estão sendo moldadas com base no aumento do consumo, tornando-se escravas do mercado moderno ou pós-moderno, onde o foco está nos consumidores, em detrimento da cidadania individual.

Hespanha (2009) destaca que ações econômicas voltadas unicamente para a maximização do lucro resultam em desigualdades de recursos e poder, sociabilidades empobrecidas e exploração crescente dos recursos naturais, ameaçando as condições de vida na Terra. O abandono social e político nos leva a refletir sobre as necessidades do Estado em manter uma população nessas condições precárias. Essa classe de indivíduos precarizados, marginalizados, excluídos e até mesmo expatriados, perpetua-se de geração em geração, mantendo uma dinâmica de exploradores e explorados, senhores e servos, incluídos e excluídos, como o autor descreve como "um conjunto de indivíduos carentes e perigosos".

Para o capital manter esse grupo de indivíduos, considerados altamente perigosos e carentes de igualdade, sob sua tutela, é necessário intensificar as formas de extração de trabalho, precarizando as relações trabalhistas e ampliando a terceirização. Isso ocorre em um contexto de intensificação do ritmo e dos processos de trabalho, que exige novas formas de trabalho polivalentes e multifuncionais, em contraste com o modelo taylorista/fordista de especialização.

Para Antunes (2015), essas novas formas de trabalho acabaram impactando o acesso dos trabalhadores aos bens de consumo. A superexploração da classe trabalhadora os deixou expostos e vulneráveis, levando-os a recorrer a jornadas extras de trabalho ou ao endividamento para acessar esses bens. A "nova classe média" também enfrenta esse dilema, muitas vezes recorrendo ao endividamento para sustentar seu aumento no consumo de bens.

No entanto, esse aumento no consumo muitas vezes não é sustentado por um aumento real na renda ou na distribuição de riqueza. Em vez disso, é impulsionado pelo endividamento das famílias trabalhadoras, iludidas pela aparente estabilidade da moeda e dos índices inflacionários.

Essa ilusão de estabilidade econômica acaba gerando uma situação em que as famílias trabalhadoras comprometem seu futuro financeiro em busca de um consumo presente aparentemente melhorado.

Essa dinâmica cria um ciclo em que o consumo, que é muitas vezes visto como um indicador de status social, na verdade está intrinsecamente ligado a processos de exploração e desigualdade. Enquanto os trabalhadores lutam para acessar bens de consumo e, assim, ascender socialmente, acabam muitas vezes presos em um ciclo de dependência e exploração pelo sistema capitalista globalizado.

Assim, percebemos que as discussões e relações entre as classes trabalhadoras ou a nova classe média estão circunscritas aos processos impostos pelo capital, inseridos em um modelo globalizado e mundializado. A modernidade apresenta seus benefícios, mas também seus ônus, que resultam em conflitos históricos entre diferentes grupos sociais, como o livre e o escravo, o senhor e o vassalo, o capitalista e o trabalhador, os opressores e os oprimidos.

A classe trabalhadora só será verdadeiramente percebida como ascendente dentro da modernidade ou da pós-modernidade quando essa percepção deixar de ser apenas política e fetichizada, como argumenta Souza (2009), e passar a ser vista como uma sociedade justa, política e economicamente ativa, e, principalmente, igualitária. Essa mudança de perspectiva é essencial para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As questões relacionadas às classes sociais e à dominação de uma classe sobre outra não são exclusivas da modernidade, mas representam uma discussão histórica que atravessa diferentes épocas, espaços, momentos e circunstâncias. A compreensão da modernidade, embora desafiadora devido à sua natureza simultaneamente presente e passada, é fundamental para entendermos os fenômenos sociais contemporâneos, dadas as profundas transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram e continuam a ocorrer.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

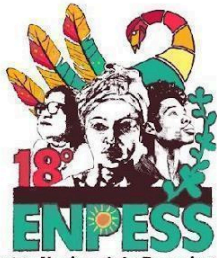
A modernidade apresenta um dilema marcante em relação aos contrastes de nossa época, como bem apontou Temporim ([2024]), onde os avanços tecnológicos coexistem com a persistência da miséria, da desigualdade, do analfabetismo e da má distribuição de renda – que afetam uma parte significativa da população. Os impactos dessa modernidade nas classes trabalhadoras, e nas relações de trabalho impostas pelo capital, intensificam as discussões sobre questões como trabalho precário, informalidade, desemprego ou subemprego, terceirização, entre outras formas de dominação de uma classe sobre outra.

Forester (1997) destacou em suas análises a importância de incluir essas vidas, todas elas, no sentido verdadeiro da vida, de sua dignidade e de seus direitos. No entanto, como mudar esse cenário? Seria possível humanizar as práticas do mercado e as realidades da globalização dentro do contexto competitivo, exploratório e destrutivo do capitalismo? Ou, até mesmo, romper com os modelos atuais e desiguais e reorganizar as forças políticas, econômicas, sociais e culturais por meio de um pacto institucional ou uma integração nacional seriam propostas viáveis? Como isso poderia ser realizado? Como se organizar para isso e onde encontrar as forças necessárias para impulsionar essa mudança? Estas são questões complexas que exigem uma cuidadosa reflexão e uma ação coordenada em múltiplos níveis da sociedade.

É verdade que reinventar a roda pode não ser o caminho mais eficiente, mas é essencial adaptar-se aos novos modelos e extrair deles os benefícios potenciais, se é que existem. Isso muitas vezes implica em que as forças de trabalho se ajustem aos novos tipos de trabalho e suas implicações, especialmente para as classes menos favorecidas.

Em relação ao cenário brasileiro, especificamente, a desigualdade social é um fenômeno histórico e persistente, classificando o Brasil como um dos países com maiores disparidades sociais do mundo. Apesar do foco no desenvolvimento econômico, as desigualdades sociais continuam a existir sem uma diminuição significativa. É importante reconhecer que simplesmente o aumento da renda e do consumo não deve ser utilizado como indicador exclusivo para classificar os indivíduos dentro dos parâmetros de uma nova classe média.

Portanto, a discussão sobre a conformação da "nova classe média" suscita um importante questionamento em torno ao *fenômeno* de distribuição de renda (uma vez que se faz necessário avaliar cuidadosamente todas as variáveis envolvidas em suas diversas dimensões). Se essa mobilidade social ocorreu e se os trabalhadores se sentiram emergidos através da inclusão no



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

consumo, bem como se expressam os referidos alcances, somente futuros estudos poderão confirmar.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo de trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - Relatório de Gestão**. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em:  
<<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas-pr/2022/secretaria-especial-de-assuntos-estrategicos-relatorio-de-gestao>> Acesso em: 29 jun. 2024.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo Dando Asas ao Espírito Empreendedor:** empreendedorismo e viabilização de novas empresas - Um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio. São Paulo: Saraiva, 2007.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Gráfica de Coimbra, 2009.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média:** capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

RODRIGUES, A. L. **Conquistando direitos:** Ascensão da nova classe média no Brasil e aumento de consumo. Caxias do Sul: II Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG), 2014.

SANTOS, T. R. **As (novas) estratégias de administração do desemprego no Brasil contemporâneo**. 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2020.

SINGER, P. **Mapa do Trabalho Informal:** Trabalho informal origens e evolução - O trabalho informal e a luta da classe operária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SOUZA, J. **Ralé brasileira:** Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TEMPORIM, C. **Conceitos de Modernidade**. [2024]. Disponível em:  
<<http://sociologiaacta.blogspot.com.br/2010/07/modernidade-texto-i-conceito-de.html>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

UNGER, R. M. **A segunda Via:** presente e futuro do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.